

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Vitório Júnior – PP

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissão
- 4 – RELATÓRIOS DE VISITA**
- 5 – COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE**
- 6 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO**
- 7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

**ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 12/9/2023**

Às 16h6min, comparece à reunião o deputado Lucas Lasmar (substituindo o deputado Celinho Sintrocel, por indicação da liderança do BDL), membro da supracitada comissão. Está presente também o deputado Antônio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Lucas Lasmar, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelo membro da comissão presente. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e a debater, em audiência pública, a situação dos trechos com maior incidência de acidentes na BR-381 e as possíveis soluções para o problema. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Tayane Aparecida Fernandes, coordenadora de Engenharia do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit; e os Srs. Daniel Reis de Paula, diretor da Cooperativa dos Amigos Transportadores de Oliveira; Cláudio Renê Valadares Lobato, coordenador regional substituto de Fiscalização da Infraestrutura Rodoviária de Minas Gerais da Unidade Regional da Agência Nacional de Transportes Terrestres em Minas Gerais, representando o diretor-geral; Ricardo Luis Silva, diretor de Operações da Arteris S.A.; Antonio Gabriel Oliveira dos Santos, superintendente regional do Dnit em Minas Gerais, representando o diretor-geral; e Edivaldo Braga, gerente de Operações da Arteris S.A. O presidente, deputado Lucas Lasmar, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença do deputado Celinho Sintrocel. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 2023.

Thiago Cota, presidente – Maria Clara Marra – Charles Santos – Celinho Sintrocel.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 7/11/2023

Às 9h19min, comparecem à reunião a deputada Maria Clara Marra e os deputados Thiago Cota, Celinho Sintrocel e Charles Santos, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Thiago Cota, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.065/2023, da deputada Maria Clara Marra e dos deputados Rodrigo Lopes e Betinho Pinto Coelho, em que requerem seja realizada visita ao trecho rodoviário concessionado sob responsabilidade da empresa EPR Triângulo, no Município de Patrocínio, para fiscalizar o cumprimento do contrato firmado entre o Estado e a concessionária;

nº 5.066/2023, da deputada Maria Clara Marra e dos deputados Rodrigo Lopes e Betinho Pinto Coelho, em que requerem seja realizada visita ao trecho rodoviário concessionado sob responsabilidade da empresa EPR Sul de Minas, no Município de Ouro Fino, para fiscalizar o cumprimento do contrato firmado entre o Estado e a concessionária.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2023.

Thiago Cota, presidente – Maria Clara Marra – Charles Santos – Gustavo Santana.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 30/9/2026, ÀS 14 HORAS****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

Discussão, em turno único, do Veto nº 35/2026 – Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 196, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 30/9/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 30/9/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 30/9/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H20MIN DO DIA 30/9/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 30/9/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H15MIN DO DIA 30/9/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 30/9/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 30/9/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 30/9/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 1º/10/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Bruno Engler, Eduardo Azevedo e Rafael Martins, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 30/9/2026, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2026.

Sargento Rodrigues, presidente.



RELATÓRIOS DE VISITA

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Local Visitado: Centro de Referência em Saúde Mental Infanto-Juvenil (antigo Centro Psíquico da Infância e Adolescência – Cepai, da Fhemig) e prédios abandonados situados no mesmo quarteirão.

Apresentação

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 2.374/2023, da deputada Bella Gonçalves, a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização visitou, no dia 16/6/2023, o Centro de Referência em Saúde Mental Infanto-Juvenil – Cersami – (antigo Centro Psíquico da Infância e Adolescência – Cepai) e os prédios abandonados situados no mesmo quarteirão, em Belo Horizonte, para verificar suas dependências e o andamento da municipalização dos serviços de saúde mental.

Participou da visita a deputada Bella Gonçalves, que foi recebida pela enfermeira Amecelia Sangiovanni, gerente assistencial e coordenadora do local, Marcus Vinicius Magela da Silva, gerente administrativo, e Patrícia Coacci, assistente social, coordenadora do Núcleo de Ensino e Pesquisa e Eixo Acolhimento, funcionária há 46 anos do antigo Cepai. Estiveram presentes, ainda, Maria Núbia Alves, representante do Fórum Mineiro de Saúde Mental; Pedro de Paula do Nascimento Teixeira, psicólogo e coordenador da Comissão de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Conselho Regional de Psicologia.

Relato

A visita técnica da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização ao Centro de Referência em Saúde Mental Infanto-Juvenil – Cersami –, em Belo Horizonte, ocorreu no dia 16/6/2023.

Essa inspeção decorreu da audiência pública realizada pela comissão em 26 de maio, quando várias queixas sobre a qualidade do atendimento e as instalações do Cersam AD e do Cersami foram levantadas por entidades convidadas. Na ocasião, restaram dúvidas sobre o processo de municipalização do serviço.

O prédio visitado está localizado no Bairro de Santa Efigênia, em Belo Horizonte, onde anteriormente funcionava um hospital psiquiátrico denominado Cepai. Ainda mantém algumas instalações antigas em funcionamento, com poucas alterações estruturais. Ele está ativo há 76 anos.

A estrutura se estende por uma grande área, em formato de triângulo, que ocupa cerca de metade de um quarteirão. O prédio não é alto, tem apenas dois andares, mas é extenso e se espraia por ramificações em todo o terreno. Com uma arquitetura típica dos hospitais-colônias mantidos por décadas pelo Estado, sua entrada é cercada por grades e o acesso é controlado por uma guarita

com seguranças. A portaria é guardada por grades e dois portões, que são acionados automaticamente. O primeiro dá acesso a um pequeno espaço gradeado, onde ficam dois funcionários. Na sequência, outro portão dá acesso a um pequeno pátio que leva à recepção, uma sala com dois grupos de quatro cadeiras de alumínio. Comunica com a recepção uma pequena sala, na lateral direita, com balcão, grades e uma janela/abertura para recebimento de pessoas e documentos. Lá também estão arquivados os prontuários (físicos) de saúde, pois não há prontuários eletrônicos.

O serviço é referência em saúde mental para crianças e adolescentes de Belo Horizonte, das regionais Leste, Barreiro e Centro Sul. Casos judicializados – internação por ordem judicial – de outros municípios também são atendidos no local. Encaminhamentos de outros municípios não são admitidos. Nessas situações, discutem-se os casos com os municípios demandantes, com mediação da Diretoria de Saúde da Secretaria Estadual de Saúde.

Segundo a gerente assistencial, o serviço segue as diretrizes da Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria Municipal de Belo Horizonte, e os indicadores são avaliados pela supervisão da SMSA/PBH. Oferece Acolhimento, atendimento clínico, Permanência Dia – PD –, Permanência Noturna – PN – e Ambulatório-Crise nos fins de semana e noturno para todo município. Reuniões sistemáticas de matriciamento com microáreas/regionais são realizadas para discussão e transferência dos casos. São ofertadas, ainda, atividades coletivas com as crianças e os adolescentes, com passeios externos e oficinas, além de reuniões semanais com familiares. Existe disponibilidade de transporte para usuários e famílias que moram na Regional Barreiro (às segundas, quartas, e sextas-feiras) e de vale-transporte para os demais. No dia da visita, havia 15 casos na PD, 11 casos na PN e um caso no Ambulatório-Crise. Não souberam informar a média de atendimentos diários, mensais e anuais. Como os prontuários não são eletrônicos, como já mencionado, não há conexão com o sistema de prontuário eletrônico informatizado da rede SMSA/PBH.

O prédio do Cersami é rodeado por edifícios elevados e, no fundo do terreno, há espaços de convivência e um jardim, ao lado do qual fica uma piscina em desuso, protegida por grades. O interior do edifício revela pés-direitos elevados, corredores longos e salas de grandes dimensões. A decoração e o mobiliário são mínimos e típicos de um hospital, o que transmite a sensação de um ambiente desolado e frio. Desenhos e ilustrações coloridas nas paredes procuram animar um pouco as dependências.

As paredes da fachada externa do prédio têm pintura nova. Não é o caso das paredes internas, que apresentam muitas falhas, rachaduras e problemas oriundos do envelhecimento e da falta de reformas. Os quartos que servem como alojamento para os usuários são grandes, mas austeros e desprovidos de conforto, com apenas camas hospitalares e armários para guardar os pertences pessoais. As portas dos quartos foram retiradas para facilitar as rondas noturnas das equipes médicas.

No espaço aberto, há uma pequena construção com sala de TV, sem móveis, nem mesmo cadeiras; um quarto de descanso com cama hospitalar para os usuários e uma sala dos médicos residentes, na qual a comissão não pôde entrar. Havia poucos usuários nos espaços de atividades coletivas, onde chama atenção o estado de abandono das instalações, assim como no prédio em geral.

No andar inferior, os móveis estavam em péssimo estado de conservação. Não havia passarelas cobertas entre os espaços para as oficinas, a sala de TV e a sala de descanso. Um usuário fazia refeição em uma bancada do espaço de oficinas, em meio a outras pessoas e a alguns usuários, que faziam atividades ou estavam em companhia de familiares. Também não há ambiência e infraestrutura adequada, como mobiliário e decoração, para o atendimento de crianças e adolescentes. Alguns trabalhadores usavam jaleco, o que é questionado, pois mostra aos usuários o tratamento sob o ponto de vista médico. Aliás, não há uma orientação sobre uniformes e cada funcionário se veste conforme hábito pessoal. Em síntese, a estrutura ainda reflete muito da arquitetura de um manicômio.

No passado, na ala oeste do conjunto de prédios, a estrutura se conectava a um antigo casarão, que já foi um hospital militar e depois fez parte do Cepai. Atualmente, a porta que antes permitia a passagem para o casarão está fechada por uma parede de tijolos sem reboco. Esse casarão ficou abandonado por muitos anos, até que, em 2013, um grupo de artistas, ativistas, pesquisadores, produtores e educadores resolveu ocupá-lo, movido pelo desejo de oferecer à sociedade um espaço acessível para produção e fruição

artística. O grupo obteve a cessão de uso do casarão por um período de 20 anos. Na ocupação, paredes que lacravam antigos corredores foram derrubadas, tornando possível encontrar resquícios trágicos do período em que o casarão era um anexo do Cepai e teria sido utilizado para práticas abomináveis, em local que ficou conhecido como “calabouço”.

A arquitetura do prédio, segundo diversos especialistas, é prejudicial para o tratamento de crianças e adolescentes com transtornos mentais, por várias razões. Em primeiro lugar, o ambiente austero e desolado pode agravar os sentimentos de isolamento e solidão que muitas crianças e adolescentes já enfrentam. Além disso, os espaços grandes e mal iluminados podem criar uma atmosfera de medo e ansiedade. Por fim, o *layout* do prédio, com seus longos corredores e quartos isolados, pode dificultar o acompanhamento e a convivência adequada dos usuários.

Assim, a estrutura visitada não está adaptada às necessidades científicas de tratamento em saúde mental. Na atualidade, o foco deve ser a criação de um ambiente acolhedor e confortável, que busque a estabilização do quadro clínico, o suporte necessário aos familiares, o convívio, a reinserção social. Isso incluiria quartos confortáveis, espaços de convívio aconchegantes, áreas ao ar livre seguras e instalações adequadas para atividades individuais e em grupo.

Desde 2019, em um processo de transição para a municipalização, a instituição está em uma espécie de gestão híbrida, na qual a Fhemig mantém os custos com os funcionários e com o funcionamento do prédio, mas os serviços prestados para a população ficam sob a tutela técnica da política municipal de saúde. Uma vez concluído o processo de municipalização, os servidores estaduais terão a opção de se transferir para a prefeitura ou continuar no serviço estadual.

De acordo com Amecelia Sangiovanni, gerente assistencial do local, o governo estadual e o município estão bem alinhados no sentido da municipalização, mas a maneira como essa transição será concretizada ainda está sendo discutida. A equipe é formada por um quadro de 130 servidores da Fhemig, cinco do município (três articuladores de território e dois redutores de danos) e cinco residentes de psiquiatria (uma vaga em aberto). Segundo Amecelia, os direitos dos trabalhadores envolvidos serão garantidos pela Fhemig. Contudo, trabalhadores contratados relataram estarem apreensivos com a possível demissão caso ocorra a municipalização, pois teriam sido informados pela gestão que perderão a vaga e precisarão fazer novo processo seletivo para se manterem na função.

Já os funcionários efetivos referiram-se à preocupação com a possível perda do direito ao vale-transporte e à alimentação sem custo – todos os funcionários recebem a mesma alimentação servida aos usuários. O vale-alimentação é pago em dinheiro, acompanhado do salário mensal. Já os residentes temem a perda do sistema de trabalho por plantão, o prejuízo às vagas de residência em psiquiatria infantil no Estado e ao suprimento de medicamentos da farmácia. Alegam que o Estado disponibiliza medicamentos de “ponta”, mais modernos e que, por exemplo, o medicamento ritalina é de livre prescrição por longo tempo.

Atualmente, de acordo com Amecelia Sangiovanni, a instituição tem um papel importante no que ela chamou de retaguarda da política municipal de saúde mental, atuando, em plantão de 24 horas, em casos emergenciais envolvendo crianças e adolescentes. O espaço possui acolhimento noturno, pernoite, mas adota a metodologia de “portas abertas”.

A deputada Bella Gonçalves questionou a coordenadora sobre os propósitos do Edital nº 1/2023, aberto em outubro do ano passado, pela Fhemig, para terceirização dos serviços de saúde mental na Capital para organizações sociais; e sobre o pedido de seu cancelamento, feito pela parlamentar. Amecelia Sangiovanni disse que não tem informações sobre o edital.

A parlamentar também destacou a necessidade de mudanças estruturais no prédio, para torná-lo mais acolhedor e compatível com as atividades que lá são exercidas. No entanto, segundo a gerente assistencial, as tentativas de reforma são frequentemente bloqueadas, pois o prédio é tombado pelo Iepha-MG e, portanto, não pode receber reforma sem as autorizações devidas. Entretanto, apesar de a necessidade de reformas e melhorias ser reconhecida, não existe nenhum projeto nesse sentido.

Por seu turno, Patrícia Coacci, funcionária do antigo Cepai, destacou que o espaço tem um histórico relevante de serviços prestados, inclusive com tradição de formar profissionais na área de saúde mental para o Sistema Único de Saúde. A funcionária revelou também que, no passado, testemunhou a chegada de um ônibus com pacientes oriundos do interior do Estado, inclusive de

Barbacena. Acrescentou que presenciou o processo de mudança nessa área a partir da reforma psiquiátrica e que os trabalhadores nunca foram coniventes com práticas de violação. Ao contrário, segundo ela, querem buscar o melhor projeto de garantia de direitos na carreira profissional e qualidade de atendimento para os usuários.

Maria Núbia Alves, representante do Fórum Mineiro de Saúde Mental, enfatizou que já acompanhou o processo de municipalização de outros espaços de saúde na Capital e que o fórum acompanha a municipalização de toda a rede de saúde mental em Belo Horizonte desde a década de 1990, quando esse debate começou a ser feito. Segundo ela, o fórum quer garantir que aquilo está previsto na lei orgânica e na reforma manicomial seja cumprido.

Já Pedro de Paula do Nascimento Teixeira, psicólogo e coordenador da Comissão de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Conselho de Psicologia cobrou o banimento da eletroconvulsoterapia em tratamentos na instituição, pois, segundo ele, teria sido prescrita a dois usuários do serviço, entre os quais, uma adolescente grávida. Denunciou também que uma conselheira estadual de saúde teria sido barrada na porta do serviço quando tentou vistoriar a situação. Segundo Pedro, o Protocolo Clínico de Eletroconvulsoterapia – ECT – da Fhemig, publicado em 2022, contraria intrinsecamente o que é previsto como qualidade de acesso a direitos humanos pela Organização Mundial da Saúde, em que é dito que “o uso da ECT em crianças somente deve ser feito em condições excepcionais.” Segundo ele, o protocolo da Fhemig, não estabelece de maneira explícita o que são as situações excepcionais. Ressaltou ainda os princípios da Lei nº 10.216, de 2001, que estabelece a nível nacional o processo de reforma psiquiátrica brasileira e garante o direito de tratamento “em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis”; e os princípios da Lei nº 11.802, de 1995, que institui no Estado o processo de reforma psiquiátrica mineira, em que a indicação do tratamento é diante do esgotamento as demais possibilidades terapêuticas. A gerente assistencial informou que o acompanhamento terapêutico dos usuários e possíveis intervenções são discutidas com a supervisão da SMSA/PBH.

Conclusão

A comissão cumpriu com a finalidade da visita, tendo obtido esclarecimentos acerca do andamento da municipalização da instituição, que se afigurou não estar em andamento. Além das questões estruturais, incompatíveis com o cuidado em liberdade e cidadania que orientam a política de saúde mental do município, a deputada Bella Gonçalves também manifestou preocupação pelo fato de o governo do Estado ainda não ter cancelado o Edital nº 1/2023, aberto em outubro do ano passado por parte da Fhemig, para a terceirização dos serviços de saúde mental para organizações sociais e a falta de transparência no processo de municipalização. Sendo necessárias providências imediatas para revogação do edital. Como encaminhamento da visita técnica solicitamos reunião com a Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte para esclarecimentos sobre reforma do prédio, elaboração do termo de cooperação técnica, bem como para apresentação de um cronograma da municipalização e participação dos movimentos sociais, trabalhadores e usuários da RAPS no processo de municipalização.

Acompanha este relatório de visita o anexo I, com fotografias do local.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2023.

Bella Gonçalves, relatora.

ANEXO I







Fotos: Guilherme Bergamini/ALMG

Vista aérea do Complexo de Prédios

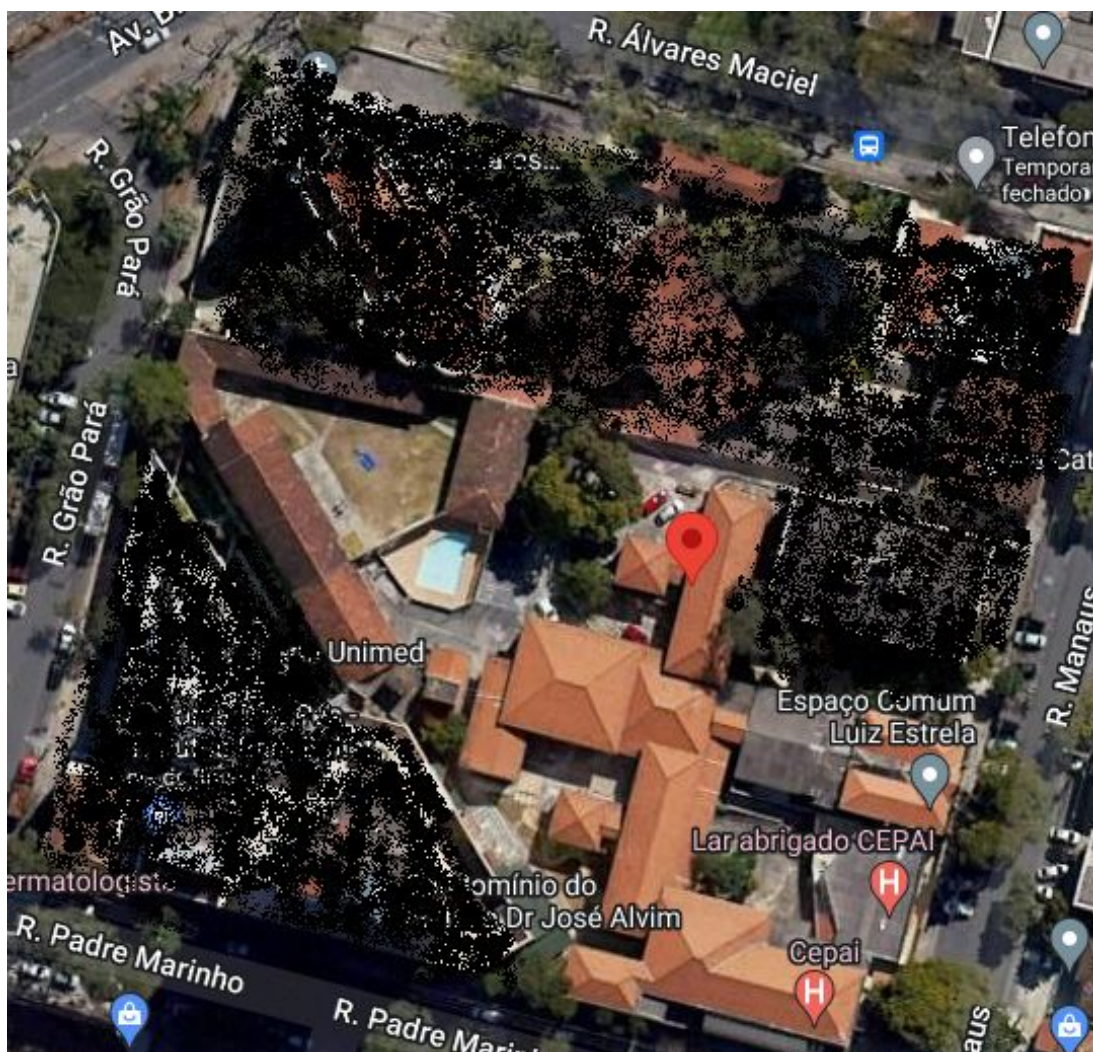


Imagem: Google Maps. (Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-19.9253204,-43.9219704,263m/data=!3m1!1e3?hl=pt-BR&entry=ttu>)



COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

– O presidente despachou, em 29/9/2026, a comunicação do deputado Betinho Pinto Coelho em que notifica o falecimento de Domingos Lollobrigida de Souza, ocorrido em 27/9/2026, em Cruzília. (– Ciente. Oficie-se.)



CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

– O 1º-secretário despachou, em 29/9/2026, a seguinte correspondência:

Ofício nº 26777489, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, prestando informações relativas aos Requerimentos nº 18.479 e 18.480/2026, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se aos Requerimentos nº 18.479 e 18.480/2026.)

Ofício SMS/Dira-JUR 649/2026, da Secretaria Municipal de Saúde de Cataguases, prestando informações relativas ao Requerimento nº 18.481/2026, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 18.481/2026.)

Ofício da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo prestando informações relativas ao Requerimento nº 18.655/2026, da Comissão de Cultura. (– Anexe-se ao Requerimento nº 18.655/2026.)

Ofício nº 4.715/2026/Aspar/GM/GM-MEC, do Ministério da Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 19.117/2026, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. (– Anexe-se ao Requerimento nº 19.117/2026.)



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

CREDENCIAMENTO Nº 2/2024

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais torna público que, nos termos do art. 16, I, da Deliberação da Mesa nº 2.834, de 2024, foi deferido o pedido da Clínica Odontológica Dr. Rodrigo da Costa Seabra Ltda. para o credenciamento em epígrafe, que tem como objeto a prestação de serviços de assistência odontológica.